

Hapvida
Assistência
Médica Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Quotistas e aos Administradores

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Hapvida Assistência Médica Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hapvida Assistência Médica Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 13 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2018			31/12/2017			Nota explicativa	31/12/2018			31/12/2017		
		Reapresentado	Reapresentado	01/01/2017	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado			
Circulante														
Disponível		119.701	87.479	46.385										
Realizável														
Aplicações financeiras														
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		407.135	368.181	260.449										
Aplicações livres	4	189.985	434.173	162.391										
		<u>597.120</u>	<u>802.354</u>	<u>422.840</u>										
Créditos de operações com planos de assistência à saúde														
Contraprestações pecuniárias a receber	5	134.450	115.182	66.894										
Outros créditos com operações com plano de assistência à saúde		7.114	4.513	2.586										
		<u>141.564</u>	<u>119.695</u>	<u>69.480</u>										
Despesas diferidas	6	99.333	102.067	84.486										
Créditos tributários e previdenciários		19.226	8.407	3.702										
Bens e títulos a receber		20.058	15.462	17.037										
Total do ativo circulante		<u>997.002</u>	<u>1.135.464</u>	<u>643.930</u>										
Não circulante														
Realizável a longo prazo														
Aplicações financeiras														
Aplicações livres	4	955.683	518.445	556.121										
		<u>955.683</u>	<u>518.445</u>	<u>556.121</u>										
Depósitos judiciais	14	89.000	52.546	43.254										
Ativo fiscal diferido	20	94.173	77.983	73.239										
Títulos e créditos a receber		15.611	123	123										
		<u>1.154.467</u>	<u>649.097</u>	<u>672.737</u>										
Imobilizado	7	28.339	25.885	19.869										
Intangível	8	84.232	27.850	17.612										
Total do ativo não circulante		<u>1.267.038</u>	<u>702.832</u>	<u>710.218</u>										
Total do ativo		<u>2.264.040</u>	<u>1.838.296</u>	<u>1.354.148</u>										
Passivo e patrimônio líquido														
Circulante														
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde														
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		36.538	33.954	26.391										
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		162.454	135.488	124.201										
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		79.869	81.968	49.527										
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		151.097	128.529	114.389										
	10	<u>429.958</u>	<u>379.939</u>	<u>314.508</u>										
Débitos de operações de assistência à saúde														
Receita antecipada de contraprestações	11	60.966	51.912	45.277										
Comercialização sobre operações		4.215	3.046	1.488										
Outros débitos de operações com planos de assistência a saúde		-	197	128										
		<u>65.181</u>	<u>55.155</u>	<u>46.893</u>										
Tributos e contribuições a recolher	12	54.797	64.674	49.257										
Débitos diversos	13	129.072	89.531	58.448										
Total do passivo circulante		<u>679.008</u>	<u>589.299</u>	<u>469.106</u>										
Não circulante														
Exigível a longo prazo														
Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.707	1.985	2.469										
Provisões para ações judiciais	14	213.463	188.200	179.120										
Débitos diversos	13	2.642	3.458	5.210										
Total do passivo não circulante		<u>217.812</u>	<u>193.643</u>	<u>186.799</u>										
Patrimônio líquido	15													
Capital social		921.720	818.400	591.618										
Reservas de lucros		445.500	236.954	106.625										
Total do patrimônio líquido		<u>1.367.220</u>	<u>1.055.354</u>	<u>698.243</u>										
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.264.040</u>	<u>1.838.296</u>	<u>1.354.148</u>										

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2018	2017
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde			
Contraprestações líquidas		4.760.972	3.990.798
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		<u>(75.198)</u>	<u>(65.251)</u>
		<u>4.685.774</u>	<u>3.925.547</u>
Eventos indenizáveis líquidos			
Eventos conhecidos ou avisados		(3.263.699)	(2.695.697)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		<u>(22.568)</u>	<u>(14.139)</u>
	16	<u>(3.286.267)</u>	<u>(2.709.836)</u>
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		<u>1.399.507</u>	<u>1.215.711</u>
Receitas de assistência a saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		12.252	2.660
Outras despesas operacionais com plano de assistência a saúde			
Provisão para perdas sobre créditos	5	<u>(137.855)</u>	<u>(135.149)</u>
		<u>(137.855)</u>	<u>(135.149)</u>
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		(35.594)	(23.281)
Resultado bruto		<u>1.238.310</u>	<u>1.059.941</u>
Despesas de comercialização	17	(295.374)	(248.263)
Despesas administrativas	18	(531.772)	(500.565)
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		118.223	134.515
Despesas financeiras		<u>(24.743)</u>	<u>(20.843)</u>
	19	<u>93.480</u>	<u>113.672</u>
Resultado patrimonial			
Receitas patrimoniais		8	50
Despesas patrimoniais		<u>(6.276)</u>	<u>(117)</u>
		<u>(6.268)</u>	<u>(67)</u>
Resultado antes dos impostos		498.376	424.718
Imposto de renda corrente		(120.624)	(118.377)
Contribuição social corrente		(44.689)	(42.822)
Impostos diferidos		<u>16.190</u>	<u>4.744</u>
	20	<u>(149.123)</u>	<u>(156.455)</u>
Resultado líquido		<u>349.253</u>	<u>268.263</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Resultado líquido	349.253	268.263
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>349.253</u></u>	<u><u>268.263</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>591.618</u>	<u>106.625</u>	<u>-</u>	<u>698.243</u>
Aumento de capital	15 b	226.782	-	-	226.782
Lucro líquido do exercício		-	-	268.263	268.263
Proposta da destinação do lucro					
Distribuição de lucros retidos (R\$ 0,17 por quota)	15 d	-	-	(137.934)	(137.934)
Constituição de reserva		<u>-</u>	<u>130.329</u>	<u>(130.329)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>818.400</u>	<u>236.954</u>	<u>-</u>	<u>1.055.354</u>
Aumento de capital	15 b	103.320	-	-	103.320
Lucro líquido do exercício		-	-	349.253	349.253
Proposta da destinação do lucro					
Distribuição de lucros retidos (R\$ 0,08 por quota)	15 d			(65.000)	(65.000)
Distribuição de lucros retidos (R\$ 0,02 por quota)	15 d			(33.307)	(33.307)
Distribuição de juros sobre capital próprio (R\$ 0,05 por quota)	15 d			(42.400)	(42.400)
Constituição de reserva	15 e	<u>-</u>	<u>208.546</u>	<u>(208.546)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>921.720</u>	<u>445.500</u>	<u>-</u>	<u>1.367.220</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	4.585.598	3.780.890
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.331.921	273.146
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	2.283	2.137
(+) Outros recebimentos operacionais	33.251	35.503
(-) Pagamento a fornecedores/Prestadores de serviço de saúde	(3.363.786)	(2.490.026)
(-) Pagamento de comissões	(215.384)	(193.766)
(-) Pagamento de pessoal	(198.507)	(114.368)
(-) Pagamento de pró-labore	(656)	(232)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(86.885)	(93.808)
(-) Pagamento de tributos	(378.676)	(364.982)
(-) Pagamento de processos judiciais	(88.797)	(59.450)
(-) Pagamento de aluguel	(15.771)	(31.350)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(45.262)	(45.435)
(-) Aplicações financeiras	(1.462.903)	(519.139)
(-) Outros pagamentos operacionais	<u>(15.966)</u>	<u>(198.281)</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	80.460	(19.161)
Atividades de investimentos		
(-) Pagamento de aquisição de ativo Imobilizado – hospitalar	(23)	(3.310)
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(13.668)	(7.200)
(-) Pagamento relativos ao ativo intangível	(39.330)	(10.190)
(-) Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(1)	(1.309)
(-) Outros pagamentos das atividade de investimento	<u>(229)</u>	<u>(171)</u>
Caixa líquido das atividades de investimentos	(53.251)	(22.180)
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	103.320	198.320
(+) Outros pagamentos (recebimentos) das atividades de financiamento	-	22.050
(-) Pagamento de participação nos resultados	<u>(98.307)</u>	<u>(137.935)</u>
Caixa Líquido das atividades de financiamento	5.013	82.435
Variação líquida do caixa	<u>32.222</u>	<u>41.094</u>
Variação líquida do caixa	<u>32.222</u>	<u>41.094</u>
CAIXA - Saldo inicial	87.479	46.385
CAIXA - Saldo final	119.701	87.479
Ativos Livres no Início do Período	521.652	764.897
Ativos Livres no Final do Período	<u>309.686</u>	<u>521.652</u>
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. – RECURSOS LIVRES	<u>(211.966)</u>	<u>(243.245)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Hapvida Assistência Médica Ltda. (“Hapvida” ou “Empresa”), com sede na Av. Heráclito Graça, na cidade de Fortaleza - Ceará, iniciou suas operações em 15 de julho de 1991 com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 36825-3 e tem por objeto a contratação de serviços hospitalares, de odontologia, de medicina, de exames auxiliares, de diagnósticos de tratamento e a comercialização destes serviços através de planos de saúde.

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa RN nº 322 de 28 de março de 2013, atualizado pela RN 418/2016, ambas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Empresa em 13 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Reapresentação das demonstrações financeiras

Os valores correspondentes das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e seus respectivos saldos iniciais, em 1 de janeiro de 2017, estão sendo reapresentadas, de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para refletir alterações no balanço patrimonial individual.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras:

	31 de dezembro de 2017		
	Anteriormente apresentado	Ajustes (i)	Reapresentado
Contraprestações pecuniárias a receber	393.979	(278.797)	115.182
Outros	1.723.114	-	1.723.114
Total dos ativos	2.117.093	(278.797)	1.838.296
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG	312.751	(278.797)	33.954
Outros	748.988	-	748.988
Total dos passivos	1.061.739	(278.797)	782.942
Outros	1.055.354	-	1.055.354
Total do patrimônio líquido	1.055.354	-	1.055.354
Total do passivo e patrimônio líquido	2.117.093	(278.797)	1.838.296

	01 de janeiro de 2017		
	Anteriormente apresentado	Ajustes (i)	Reapresentado
Contraprestações pecuniárias a receber	299.834	(232.940)	66.894
Outros	1.287.254	-	1.287.254
Total dos ativos	1.587.088	(232.940)	1.354.148
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG	259.331	(232.940)	26.391
Outros	629.514		629.514
Total dos passivos	888.845	(232.940)	655.905
Outros	698.243	-	698.243
Total do patrimônio líquido	698.243	-	698.243
Total do passivo e patrimônio líquido	1.587.088	(232.940)	1.354.148

- (i) Ajuste de Contas a receber de clientes e Provisões técnicas de operações de assistência à saúde relativa a parcela de contratos de seguros cujo risco e cobertura ainda não foram iniciados, que não deveriam ter sido reconhecidos, em consonância com as orientações da ANS.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas principalmente nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 5** - Provisão para perda sobre créditos. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota Explicativa nº 6** - Despesas de comercialização diferidas. Identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, conseqüentemente, sua apropriação ao resultado contábil do período.
- **Nota Explicativa nº 7** - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período.
- **Nota Explicativa nº 8** - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis, conseqüentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período.

- **Nota Explicativa nº 10** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.
 - **Nota Explicativa nº 14** - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.
 - **Nota Explicativa nº 20** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- e. **Base de mensuração**
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

A Empresa classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e ativos financeiros mantidos até o prazo de vencimento por meio do resultado e compreendem caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto e longo prazos, contas a receber e outros recebíveis.

Reconhecimento inicial e desreconhecimento

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos e são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Disponível

São classificados como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se, e somente se, existirem indicativos reais de que serão destinados a atender a compromissos de caixa de curto prazo. Usualmente, o fluxo de caixa da Empresa movimentada os recursos diários originados na própria operação, não sendo necessário efetuar resgate de aplicações financeiras, as quais acabam sendo mantidas e destinadas a outros propósitos, que não a liquidação de obrigações corriqueiras.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros são designados como valor justo por meio do resultado se a Empresa gerenciar esses investimentos e tomar decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas são reconhecidas no resultado.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva, menos as perdas por redução ao valor recuperável.

Investimentos mantidos até o vencimento são os que a Empresa possui a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado menos as perdas por redução ao valor recuperável, acrescidas dos juros obtidos, que influenciam o resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros são avaliados para determinar a existência de evidência de perda na data de elaboração das demonstrações financeiras. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva de que o valor tenha diminuído como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial, afetando os fluxos de caixa futuros estimados para esse ativo.

A perda estimada sobre créditos segue os critérios da ANS. Na operadora Hapvida Assistência Médica Ltda., para os planos individuais com preço pré-estabelecido foram estimadas perdas para o saldo total dos contratos vencidos há mais de 60 dias. Para os demais contratos e créditos da Empresa foi constituída perda estimada referente ao saldo total dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

(ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial, desreconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a entidade se torna parte da relação contratual do instrumento. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas,

incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidas no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Empresa são classificados como contas a pagar e outras contas a pagar.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são finalizadas, canceladas ou expiram.

b. Dispêndios/despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais diferidas, sendo a apropriação ao resultado realizada no período de doze meses, de acordo com a Resolução Normativa nº 322 de 27 de março de 2013 e alterações posteriores da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	6,8 anos
Máquinas e equipamentos	10,3 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos

d. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para as respectivas unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação, quando aplicável.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização do ativo intangível é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é, geralmente, reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Softwares	5 anos
Aquisição de carteiras	(i)

(i) Tempo médio ponderado de permanência dos contratos na carteira de clientes.

e. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; for provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

(i) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

São constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos e a avaliação da Administração sobre a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas quando relevantes, os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.

(ii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de eventos a liquidar é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

A provisão de eventos a liquidar para o SUS é calculada a partir das notificações enviadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), representando obrigação legal de restituir as despesas em eventual atendimento de seus beneficiários.

A Provisão para Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

g. Receita operacional

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde. Estas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com contraprestações são apropriadas considerando-se o período de cobertura do risco, *pro rata* dia, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de rendimentos de aplicações, atualizações financeiras efetivamente recebidas sobre títulos liquidados em atrasos pelos clientes e outras atualizações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas bancárias e descontos concedidos à cliente em negociações eventuais para recebimentos de títulos em atraso

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240

anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). São elas:

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui às orientações existentes na IAS 17 e correspondentes interpretações e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- a) Arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais e moveis de escritório) e;
- b) Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com

a IFRS 16 seria a redução do caixa gerado pelas atividades operacionais e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Hapvida.

Resolução Normativa – RN n° 435/2018

Esta Resolução altera o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, revogando a Resolução Normativa anterior de n° 290, de 27 de fevereiro de 2012, destacando que, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, as operadoras de grande porte deverão informar em notas explicativas a realização do Teste de Adequação de Passivo – TAP, de acordo com as regras e parâmetros definidos nesta norma, incluindo: a) todas as bases técnicas utilizadas para as estimativas correntes dos fluxos de caixa além daquelas estabelecidas nesta norma, bem como os agrupamentos de contratos similares adotados, observado o mínimo exigido; b) as estimativas correntes de fluxo de caixa de cada agrupamento de contratos similares que apresentarem resultado negativo.

Resolução Normativa – RN n° 442/2018

Esta Resolução Normativa altera a Resolução Normativa - RN n° 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, principalmente pela constituição de Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS e pela constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestações/Prêmio – PIC.

4 Aplicações financeiras

Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2018	2017
Mantidas para negociação	-	40.404
Certificados de depósitos bancários (a)	-	40.404
Mantido até o vencimento	1.423.616	928.322
Certificados de depósitos bancários (a)	408.352	341.352
Fundo de investimento de renda fixa- aplicações vinculadas (c)	407.135	368.181
Fundo de investimento de renda fixa- Exclusivos (d.2)	245.192	-
Fundo de investimento de renda fixa- Não exclusivos (d.1)	362.740	218.789
Outras aplicações	197	-
Empréstimos e recebíveis	129.187	352.073
Operação compromissada (b)	129.187	352.073
Total	1.552.803	1.320.799
Circulante	597.120	802.354
Não Circulante	955.683	518.445

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) são remunerados à taxa média mensal de 100,9% a 103,1% do CDI (100,8% a 101,9% em 2017) com vencimentos entre janeiro de 2019 e março de 2022.

(b) A Compromissada consiste basicamente na compra de títulos públicos, com compromisso de recompra por parte da instituição financeira, com prazo definido e taxa média mensal de 100,9% a 102,0% de CDI (99,7% a 101,5% do CDI em 2017). Com vencimentos entre janeiro de 2019 e agosto de 2020.

(c) Fundo de Investimento de renda fixa – Ativos Garantidores são utilizados para lastrear as provisões técnicas da operadora de assistência à saúde, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10. Seus rendimentos médios mensais variaram ao longo do ano entre 97,8% e 104,1% do CDI.

(d) Composto por duas modalidades de fundos, conforme segue:

1. Cotas de fundos de investimentos de renda fixa não exclusivos, os quais possuem a maioria de seus investimentos em títulos públicos, com rentabilidade média bruta de impostos de 0,51% ao mês (0,81% em 2017). Essas aplicações não possuem vencimento.

2. Aplicados em dois fundos exclusivos, administrados e geridos pelo Banco do Brasil e Banco Santander. Estes fundos aplicaram seus recursos em cotas de outros fundos administrados pelos bancos gestores. As políticas de investimentos dos fundos exclusivos determinam a concentração dos recursos em ativos financeiros com baixo risco de crédito (classificação ANBIMA). A taxa de administração é de 0,06% e de 0,05% para os fundos administrados pelo Banco do Brasil e Santander, respectivamente.

Parte dos fundos de investimento da Empresa, identificados no quadro principal desta nota explicativa como “Ativos Garantidores” são utilizados para lastrear as provisões técnicas da operadora de assistência à saúde, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.

Movimentação das aplicações financeiras

	Mantido até o vencimento	Mantidas para Negociação	Empréstimos e recebíveis	Total
Saldo em 01/01/2017	482.317	39.719	456.925	978.961
(+) Aplicações	455.879	-	14.726	470.605
(-) Resgates	(71.295)	(3.028)	(160.672)	(234.995)
(+) Rendimentos	61.421	3.713	41.094	106.228
Saldo em 31/12/2017	928.322	40.404	352.073	1.320.799
(+) Aplicações	1.250.033	-	223.147	1.473.180
(-) Resgates	(833.884)	(42.683)	(454.485)	(1.331.052)
(+) Rendimentos	79.145	2.279	8.452	89.876
Saldo em 31/12/2018	1.423.616	-	129.187	1.552.803

(e) Parte relevante dos resgates ocorre devido ao vencimento do título, sendo reaplicados em outros títulos.

5 Contraprestações pecuniárias a receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde da Empresa, conforme segue:

	2018	2017
Planos médico-hospitalares		(Reapresentado)
Planos coletivos (a)	90.462	79.340
Planos individuais (b)	<u>83.890</u>	<u>76.442</u>
Subtotal	174.352	155.756
(-) Provisão para perdas sobre créditos	<u>(39.902)</u>	<u>(40.574)</u>
Total	<u><u>134.450</u></u>	<u><u>115.182</u></u>

(a) Planos de saúde com cobertura médico-hospitalar contratados por pessoas jurídicas.

(b) Planos de saúde com cobertura médico-hospitalar contratados por pessoas físicas.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	2018	2017
A vencer	52.659	58.153
Vencidos		
Até 30 dias	62.754	48.391
De 31 a 60 dias	22.277	19.381
De 61 a 90 dias	12.055	10.641
De 91 a 120 dias	<u>24.607</u>	<u>19.190</u>
Total	<u><u>174.352</u></u>	<u><u>155.756</u></u>

A movimentação da provisão para perda no valor recuperável das contas a receber foi como segue:

	2018	2017
Saldos no início do exercício	40.574	28.855
Constituições líquidas	137.855	135.149
Reversões e baixas, líquidas	<u>(138.527)</u>	<u>(123.430)</u>
Saldos no final do exercício	<u><u>39.902</u></u>	<u><u>40.574</u></u>

6 Despesas diferidas

	2018	2017
Comissões diferidas com plano de saúde	88.164	96.335
Despesas pagas antecipadamente	<u>11.169</u>	<u>5.732</u>
Total	<u><u>99.333</u></u>	<u><u>102.067</u></u>

A Empresa optou por diferir as comissões pagas aos agenciadores pela comercialização de planos de saúde de acordo com a Resolução Normativa nº 322 de 27 de março de 2013 da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar e atualizações posteriores. As despesas pagas antecipadamente referem-se a permutas de publicidade a serem consumidas no próximo exercício.

7 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Liquido 31/12/2018	Liquido 31/12/2017
Imóveis	4%	4.569	(957)	3.612	3.781
Equipamento de informática	14,7%	20.359	(11.415)	8.944	7.418
Máquinas e equipamentos	9,7%	6.221	(3.356)	2.865	3.253
Móveis e utensílios	10%	6.551	(2.884)	3.667	3.485
Instalações	10%	29	(10)	19	21
Imobilizado em andamento (a)		9.232	-	9.232	7.927
Total		46.961	(18.622)	28.339	25.885

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/2017	Adição	Baixas líquidas	Depreciação	Transferência	31/12/2018
Imóveis	3.781	-	-	(169)	-	3.612
Equipamento de informática	7.418	5.943	(345)	(4.191)	119	8.944
Máquinas e equipamentos	3.253	889	(716)	(812)	251	2.865
Móveis e utensílios	3.485	1.010	(282)	(664)	118	3.667
Instalações	21	-	-	(2)	-	19
Imobilizado em andamento (a)	7.927	1.793	-	-	(488)	9.232
Total	25.885	9.635	(1.343)	(5.838)	-	28.339

	31/12/2016	Adição	Baixas líquidas	Depreciação	Transferência	31/12/2017
Imóveis	3.956	-	-	(175)	-	3.781
Equipamento de informática	5.656	3.694	(17)	(2.308)	393	7.418
Máquinas e equipamentos	3.331	645	(23)	(700)	-	3.253
Móveis e utensílios	3.417	685	(4)	(617)	4	3.485
Instalações	23	-	-	(2)	-	21
Imobilizado em andamento (a)	3.486	4.838	-	-	(397)	7.927
Total	19.869	9.862	(44)	(3.802)	-	25.885

- (a) Os saldos de imobilizado em andamento referem-se substancialmente a investimentos realizados em prédios administrativos para melhorar e expandir as instalações físicas.

8 Intangível

A seguir demonstramos a movimentação do intangível do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Liquido 31/12/2018	Liquido 31/12/2017
Aquisição de carteira (iii)	(iv)	25.096	(1.486)	23.610	101
Softwares	20,00%	18.816	(4.420)	14.396	7.118
Marcas e patentes		1	(1)	-	1
Ágio sobre investimento (i)		16.065	-	16.065	16.065
Adiantamentos(ii)		30.161	-	30.161	4.565
Total		90.139	(5.907)	84.232	27.850

- (i) Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a testes de *impairment* para identificação de indícios de perda do valor recuperável.
- (ii) Adiantamentos para aquisição de novos softwares que serão implantados no exercício de 2019.
- (iii) Em 29 de outubro de 2018 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) autorizou, preliminarmente, a transferência voluntária total da carteira da Assistência Médica Hospitalar Ltda. (UNIPLAM) sociedade do ramo de saúde complementar sediada em Teresina, Piauí para a Hapvida Assistência Médica Ltda. A carteira possuía cerca de 25 mil beneficiários, majoritariamente localizados em Teresina.
- (iv) Tempo médio ponderado de permanência dos contratos na carteira de clientes.

	31/12/2017	Adições	Amortização	Baixa	Transferência	31/12/2018
Aquisição de carteira	101	30.000	(1.080)	(5.411)	-	23.610
Software	7.118	10.034	(2.888)	-	132	14.396
Marcas e Patentes	1	-	-	(1)	-	-
Ágio sobre investimentos (i)	16.065	-	-	-	-	16.065
Adiantamentos	4.565	25.728	-	-	(132)	30.161
Total	27.850	65.762	(3.968)	(5.412)	-	84.232

	31/12/2016	Adições	Amortização	Baixa	31/12/2017
Aquisição de carteira	194	-	(84)	(9)	101
Software	1.352	7.072	(1.243)	(63)	7.118
Marcas e Patentes	1	-	-	-	1
Ágio sobre investimentos	16.065	-	-	-	16.065
Adiantamentos	-	4.565	-	-	4.565
Total	17.612	11.637	(1.327)	(72)	27.850

- (i) O Teste de recuperabilidade foi realizado e não há indícios de perda.

9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Empresa com suas partes relacionadas, quotistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

Parte relacionada	Eventos conhecidos ou avisados (a)	Despesas administrativas (b)	Créditos diversos líquidos (c)	Débitos diversos
Ultrasom Serviços Médicos Ltda.	1.175.875	-	-	608
Hospital Antônio Prudente de Natal Ltda.	8.939	-	-	-
Vida & Imagem Radiologia e Diagnósticos Ltda.	50.055	-	-	71
Hospital Antônio Prudente da Bahia Ltda.	65.477	-	-	-
SAMESP Soc. de Assist. Médica Especializada Ltda.	55.922	-	-	-
Haplínicas de Serviços de Atenção à Saúde Ltda.	12.078	-	-	-
Clínica Ort. e Traum. de João Pessoa Ltda.	4.823	-	-	-
Haplínica Clínicas Amb. de Serviço a Saúde Ltda.	4.588	-	-	-
Centro Hospitalar de Atenção à Saúde Ltda.	10.683	-	-	-
Unidade Hospitalar Antônio Prudente Ltda.	42.817	-	-	-
Unidade de Atenção Hospitalar Ltda.	3.691	-	-	-
Centro Integrado de Atenção à Saúde Ltda.	11.290	-	-	-
Hospital Antônio Prudente Ltda.	106.688	-	-	204
Atendimed Serviços Médicos Ltda.	55.811	-	-	-
Hospital Francisca de Sande Ltda.	1.521	-	-	-
Vida Imagem Serviços Médicos Ltda	20.628	-	-	-
Semed Serv. Médicos Hospitalares de Camaçari Ltda	5.096	-	-	-
Hospital Antônio Prudente de Manaus Ltda	8.634	-	-	-
Haptech Soluções Inteligentes Ltda.	-	-	6	-
Prática Imp.Com.Dist.de Prod.Farmac.e Hosp Ltda	-	-	1	-
Hapvida Participações e Investimentos S.A.	-	-	30	-
Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda.	-	5.967	1	-
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>1.644.616</u>	<u>5.967</u>	<u>38</u>	<u>883</u>
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>1.349.478</u>	<u>21.117</u>	<u>396</u>	<u>-</u>

- (a) Referem-se a custos de atendimento médico/hospitalar de usuários dos planos de saúde Hapvida.
- (b) Refere-se a despesas de aluguel.
- (c) Referem-se a serviços prestados de assistência médica, hospitalar e diagnóstica para empregados das empresas relacionada acima.

As partes relacionadas com que a Empresa teve transações durante os exercícios de 2018 e 2017 fazem parte do Grupo Hapvida, empresas sob controle e administração comuns e que possuem a mesma estrutura administrativa e operacional.

As principais operações que geraram esses registros demonstrados nos quadros acima, avaliadas a valor de mercado, referem-se a assistência médica, hospitalar e diagnóstica para seus usuários.

Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os honorários dos administradores, foram apropriados ao resultado, na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, no montante total de R\$ 97 (R\$ 291 em 2017).

10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

a. Composição

	2018	2017 (Reapresentado)
Provisão de prêmios e contraprestação não ganha - PPCNG (a)	36.538	33.954
Provisão de eventos a liquidar SUS (b)	162.454	135.488
Provisão para eventos a liquidar para outros prestadores (c)	79.869	81.968
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (d)	<u>151.097</u>	<u>128.529</u>
Total	<u>429.958</u>	<u>379.939</u>

- (a) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor cobrado pelas operadoras para cobertura de risco contratual proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do período de cobertura mensal, para apropriação como receita somente no período subsequente, quando a vigência for efetivamente incorrida.
- (b) Provisão para garantia de eventos já ocorridos e avisados à operadora, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à entidade, sendo posteriormente ajustado por glosas e descontos após análise dos colaboradores da Empresa (médicos auditores).
- (c) A Empresa registra nessa conta eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS de acordo com a Instrução Normativa Conjunta nº 5 da ANS, de 30 de setembro de 2011, e alterações posteriores.
- (d) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido informados à Empresa antes do encerramento do período, a qual foi constituída com base em metodologia atuarial. Os cálculos foram obtidos com base em triângulos de *run-off* que consideram o desenvolvimento histórico dos eventos pagos nos últimos 12 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

As provisões técnicas representam o cálculo dos riscos esperados inerentes às operações de assistência à saúde estabelecidas pela RN ANS nº 209/09 e alterações posteriores, descritas a seguir:

- **Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência:** para operar no mercado de planos de saúde regulado pela ANS, a operadora de planos de saúde deve manter o patrimônio líquido ajustado para fins econômicos conforme estabelecido na RN ANS nº 209/09 e alterações posteriores. O patrimônio líquido ajustado é calculado como o patrimônio líquido menos ativos intangíveis não circulantes, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, despesas de vendas diferidas e despesas antecipadas. Mensalmente, a Empresa determina o patrimônio líquido ajustado e avalia a suficiência da margem de solvência, de acordo com a Instrução Normativa ANS nº 373/15 e alterações posteriores.

A Empresa atingiu suficiência desse requisito em todos os períodos apresentados, conforme mostrado na tabela comparativa a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)	1.196.942	904.539
Margem de Solvência exigida (MS)	671.107	503.640
Suficiência apurada	525.835	400.899

- **Ativos garantidores:** de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 159/07 e alterações posteriores, as operadoras de planos de saúde e odontológicos devem possuir ativos garantidores suficientes para cobrir a totalidade das provisões técnicas reconhecidas na data do balanço e deduzidas da PPCNG e da parcela dos eventos a liquidar referente às cobranças apresentadas pelos prestadores nos últimos 30 dias.

A Empresa atingiu suficiência desse requisito em todos os períodos apresentados, conforme mostrado na tabela comparativa a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos garantidores vinculados exigidos	343.427	278.409
Ativos garantidores vinculados efetivos (veja a Nota 4 - c)	407.135	368.181
Cálculo de suficiência	63.708	89.772

b. Movimentação das provisões técnicas:

	PPCNG	SUS	Eventos a liquidar	PEONA	Total
Saldos em 31/12/2016	26.391	124.201	49.527	114.389	314.508
Constituições	4.499.669	11.287	2.867.712	38.777	7.417.445
Reversões/apropriações	(4.492.106)	-	-	(24.637)	(4.516.743)
Baixas	-	-	(2.835.271)	-	(2.835.271)
Saldos em 31/12/2017	33.954	135.488	81.968	128.529	379.939
Constituições	5.195.409	35.331	4.117.669	24.288	9.372.697
Reversões/apropriações	(5.192.825)	(8.365)	-	(1.720)	(5.202.910)
Baixas	-	-	(4.119.768)	-	(4.119.768)
Saldos em 31/12/2018	36.538	162.454	79.869	151.097	429.958

11 Receita antecipada de contraprestações

	2018	2017
Receita antecipada de contraprestações - individual	60.607	51.372
Receita antecipada de contraprestações - coletivo	359	540
Total	60.966	51.912

12 Tributos e contribuições a recolher

	2018	2017
Imposto de renda pessoa jurídica	21.924	30.163
Contribuição social sobre o lucro	11.609	12.177
Encargos Sociais	3.948	3.321
PIS e COFINS	59	6.743
IR/ISS/PIS/COFINS/INSS Retidos	18.023	10.862
Parcelamentos (a)	941	3.393
Total	56.504	66.659
Circulante	54.797	64.674
Não circulante	1.707	1.985
	56.504	66.659

- (a) Em novembro de 2013, a empresa aderiu ao Refis, um programa especial criado pelo Governo Federal para parcelamento de dívida de tributos federais. Esse programa foi criado pela Lei nº 11.941/09 e concedeu descontos sobre os encargos incidentes sobre a dívida tributária. A Empresa paga parcelas mensais e, após o deferimento e consolidação dos débitos tributários, a Empresa terá a opção de pagar 100% da dívida à vista.

Os valores dos tributos federais estão sendo atualizados pela Selic.

Em setembro de 2017, a Empresa aderiu a outro programa especial criado pelo Governo Federal também para parcelamento de dívida de tributos federais nos termos da Lei nº 13.496/17. A Empresa realizou a quitação antecipada do parcelamento no primeiro trimestre de 2018. A consolidação desse parcelamento pelas Autoridades Fiscais Federais ocorreu em setembro de 2018.

13 Débitos diversos

	2018	2017
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	63.397	27.358
Obrigações com pessoal	32.185	35.686
Fornecedores	12.574	11.711
Outros débitos a pagar de curto prazo	5.151	14.776
Débito a pagar sobre aquisição de intangível	15.765	-
Outras exigibilidades de longo prazo	2.642	3.458
Total	131.714	92.989
Circulante	129.072	89.531
Não circulante	2.642	3.458
	131.714	92.989

14 Provisões para ações judiciais

A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A Empresa provisiona a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas.

	2018	2017
Provisões para ações tributárias	135.898	110.622
Provisões para ações cíveis	58.942	60.208
Provisões para ações trabalhistas	<u>18.623</u>	<u>17.370</u>
Total	<u><u>213.463</u></u>	<u><u>188.200</u></u>

Detalhamos abaixo a movimentação ocorrida em provisão para riscos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Saldos em 31 de dezembro de 2016	179.120
Adições	41.404
Baixas	(13.428)
Reversões	(18.896)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u><u>188.200</u></u>
Adições	50.902
Baixas	(19.262)
Reversões	<u>(6.377)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u><u>213.463</u></u>

Riscos com prognóstico de perda provável:

Seguem descritos, abaixo, os principais temas que compõem os processos de valores mais relevantes, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável pela Empresa:

(i) Provisões para processos judiciais e administrativos de natureza cível

• **Tema: Carência Contratual** - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter a cobertura assistencial do seu plano de saúde sem o devido cumprimento dos períodos de carência. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos prazos de carência previstos em lei e/ou contrato. Em relação ao tema ora apresentado, a Empresa provisionou o montante de R\$ 8.490 (R\$ 8.885 em 2017).

• **Tema: Exclusão Legal e/ou Contratual de Cobertura** - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter cobertura para serviços não abrangidos por lei e/ou contrato, podendo citar como exemplos: procedimentos estéticos,

experimentais, não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS ou em desacordo com suas Diretrizes de Utilização - DUT, Home Care, inseminação artificial, atendimentos fora da área de abrangência geográfica, etc. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos limites assistenciais impostos por lei e/ou contrato. Em relação ao tema ora apresentado, a Empresa provisionou o montante de R\$ 11.395 (R\$ 7.700 em 2017).

- **Tema: Ações Indenizatórias - Atos Médicos** - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter reparação de danos sofridos por condutas médicas supostamente inadequadas. Em tais processos, os autores das ações buscam imputar à Empresa a responsabilidade solidária pelo ato médico praticado por seus profissionais credenciados. Em relação ao tema ora apresentado, a Empresa provisionou o montante de R\$ 4.200 (R\$ 8.461 em 2017).

- **Tema: Dívidas com Prestadores em Geral** - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por prestadores de serviços em geral que buscam obter o pagamento de valores supostamente devidos pela Empresa com fundamentos diversos, podendo citar como exemplos: glosas de contas hospitalares, rescisões contratuais, etc. Em relação ao tema ora apresentado, a Empresa provisionou o montante de R\$ 7.175 (R\$ 9.207 em 2017).

Os valores de provisão relacionados aos processos, judiciais e administrativos, de natureza cível não abrangidos pelos temas acima apresentados encontram-se pulverizados em grupos de demandas menos representativos, constituindo uma parcela de menor relevância da provisão ora apresentada.

(ii) Provisões para processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

- **Tema: Reconhecimento de Vínculo Empregatício** - A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual, por prestadores de serviço, que buscam obter o reconhecimento de um suposto vínculo empregatício mantido com a Empresa, mesmo sem a presença dos pressupostos típicos de uma relação de emprego. Neste cenário, podemos citar como exemplo: médicos, técnicos em radiologia, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, etc. Em relação ao tema ora apresentado, a Empresa provisionou o montante de R\$ 11.424 (R\$ 12.913 em 2017).

- **Tema: Verbas Trabalhistas e Rescisórias** - A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual, por ex-empregados, que buscam o recebimento de verbas trabalhistas e rescisórias concernentes ao período em que laboraram em favor da Empresa, abrangendo: horas extras, adicionais de insalubridade e noturno, equiparação salarial, desvio e acúmulo de função, multas dos artigos 467 e 477 da CLT etc. Em relação ao tema ora apresentado, a Empresa provisionaram o montante de R\$ 5.667 (R\$ 9.065 em 2017).

(iii) Provisões para processos judiciais e administrativos de natureza tributária

- **Tema: Multas Administrativas ANS/Ressarcimento ao SUS (aspectos regulatórios)** - A contingência ora tratada advém de processos administrativos e execuções fiscais movidos pela ANS, em que são cobradas multas administrativas oriundas de supostas infrações às normas reguladoras da atividade das operadoras de planos de saúde, bem como valores relativos a ressarcimento ao SUS, decorrentes de atendimentos de beneficiários da Empresa na rede pública, com fundamento no art. 32 da Lei nº 9.656/98. Em relação ao tema ora apresentado, a Empresa provisionou o montante de R\$ 86.964 (R\$ 77.663 em 2017), de modo a suportar perdas prováveis oriundas de processos judiciais, bem como o valor de R\$ 46.552 (R\$ 25.189 em 2017), de modo a suportar perdas prováveis oriundas de demandas administrativas.

- **Tema: Execuções Fiscais - Imposto Sobre Serviços (ISS)** - A contingência ora tratada advém de execuções fiscais movidas por Secretarias da Fazenda Municipal, por meio das quais se cobra o recolhimento do imposto sobre serviços supostamente devido pela Empresa, em decorrência de suas atividades operacionais. Em relação ao tema ora apresentado, a Empresa provisionou o montante de R\$ 2.072 (R\$ 5.331 em 2017).

Riscos com prognóstico de perda possível:

A Empresa discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil.

Segue apresentada, abaixo, a composição dos valores de risco e descrição dos principais temas oriundos de processos, judiciais e administrativos, classificados com prognóstico de perda possível, em que figura como parte a Empresa, concernente ao período findo em 31 de dezembro de 2018:

Causas com prognóstico de possível - natureza:	2018	2017
Tributárias	577.899	528.841
Cível	189.580	151.803
Trabalhistas	<u>52.811</u>	<u>46.197</u>
Total	<u><u>820.290</u></u>	<u><u>726.841</u></u>

(i) Passivo contingente para processos judiciais e administrativos de natureza cível

- **Tema: Carência Contratual** - Em relação ao tema apresentado, a Empresa apresentou um passivo contingente de R\$ 9.853 (R\$ 9.960 em 2017), atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.
- **Tema: Exclusão Legal e/ou Contratual de Cobertura** - Em relação ao tema apresentado, a Empresa apresentou um passivo contingente de R\$ 14.265 (R\$ 13.183 em 2017), atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.
- **Tema: Ações Indenizatórias - Atos Médicos** - Em relação ao tema apresentado, a Empresa apresentou um passivo contingente de R\$ 93.646 (R\$ 102.617 em 2017), atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.
- **Tema: Dívidas com Prestadores em Geral** - Em relação ao tema apresentado, a Empresa apresentou um passivo contingente de R\$ 22.718 (R\$ 14.423 em 2017), atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

(ii) Passivo Contingente para processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

- **Tema: Reconhecimento de Vínculo Empregatício** - Em relação ao tema apresentado, a Empresa apresentou um passivo contingente de R\$ 27.762 (R\$ 33.159 em 2017) atinente aos processos de natureza trabalhista, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

- **Tema: Verbas Trabalhistas e Rescisórias** - Em relação ao tema apresentado, a Empresa apresentou um passivo contingente de R\$ 17.060 (R\$ 21.444 em 2017), atinente aos processos de natureza trabalhista, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

(iii) Passivo Contingente para processos judiciais e administrativos de natureza tributária

- **Tema: Multas Administrativas ANS/Ressarcimento ao SUS** - Em relação ao tema apresentado, a Empresa apresentou um passivo contingente de R\$ 96.375 (R\$ 81.710 em 2017), atinente aos processos judiciais de natureza regulatória, e R\$ 50.259 (R\$ 63.798 em 2017), atinente aos processos administrativos de natureza regulatória, todos classificados com risco de perda possível.

- **Tema: Execuções Fiscais - Imposto Sobre Serviços (ISS)** - Em relação ao tema apresentado, a Empresa apresentou um passivo contingente de R\$ 89.386 (R\$ 55.648 em 2017), atinente aos processos de natureza tributária, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

- **Tema: Execuções Fiscais - Sucessão Empresarial** - A contingência ora tratada advém de execuções fiscais originalmente movidas em desfavor de outras operadoras de planos de saúde, nas quais a Fazenda Nacional requereu o redirecionamento para a Empresa, sob justificativa de suposta sucessão empresarial decorrente de operações de alienação de carteira de beneficiários. Em relação ao tema apresentado, a Empresa apresentou um passivo contingente de R\$ 91.937 (R\$ 87.158 em 2017), atinente aos processos de natureza tributária, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

- **Tema: Assuntos Previdenciários** - A contingência ora tratada advém, principalmente, de autos de infração lavrados em face da Empresa por créditos tributários supostamente devidos em razão de irregularidades ou ausência de recolhimentos de contribuições previdenciárias, dentre outros assuntos previdenciários. Em relação ao tema apontado, a Empresa apresentou um passivo contingente de R\$ 192.531 (R\$ 202.265 em 2017), atinente aos processos de natureza tributária, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

Depósitos judiciais:

A Empresa possui depósitos judiciais mantidos no ativo nos seguintes montantes:

	2018	2017
Depósitos judiciais tributários	55.536	29.092
Depósitos judiciais cíveis	28.406	18.669
Depósitos judiciais trabalhistas	5.058	4.785
	<hr/>	<hr/>
Total	89.000	52.546

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 921.720 (R\$ 818.400 em 31 de dezembro de 2017), representado por 921.719.929 quotas (em 2017, 818.399.929 quotas) no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, de totalidade de sócios residentes e domiciliados no País, sendo 99,99% das quotas pertencentes à Hapvida Participações e Investimentos S.A.

b. Aumento de capital

O capital social que era de R\$ 818.400, foi aumentado para R\$ 921.720, mediante integralização de R\$ 103.320 (R\$ 226.782 em 31 de dezembro de 2017).

c. Reserva de lucros

Registra a retenção acumulada de lucros para futura utilização conforme decisão dos quotistas.

d. Lucros distribuídos

Em reuniões dos sócios, realizadas no decorrer de 2018 decidiu-se pela distribuição de lucros de R\$ 98.307 (R\$ 137.934 em 2017), relativos a parte do lucro apurado no exercício. A seguir está demonstrada a movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:

Saldo de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) a pagar em 31 de dezembro de 2016	27.640
Dividendos propostos em 2017	137.934
Dividendos e JCP efetivamente pagos no exercício	<u>(138.216)</u>
 Saldo de dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2017	 <u>27.358</u>
 Dividendos propostos em 2018	 98.307
JCP propostos em 2018, líquido de IRRF	36.039
Dividendos e JCP efetivamente pagos no exercício	<u>(98.307)</u>
 Saldo de dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2018	 <u>63.397</u>

No Exercício de 2018, a reunião dos sócios deliberou sobre a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 42.400 equivalente à R\$ 0,05 por quota, com retenção de 15%.

16 Eventos indenizáveis líquidos

	2018	2017
Eventos conhecidos - coletivo	(2.537.517)	(2.038.072)
Eventos conhecidos - individual	(951.949)	(782.983)
(-) Glosa	189.119	94.558
(-) Recuperação por co-participação	63.614	42.087
Ressarcimento ao SUS	(26.966)	(11.287)
Variação da PEONA	<u>(22.568)</u>	<u>(14.139)</u>
	<u>(3.286.267)</u>	<u>(2.709.836)</u>

17 Despesas de comercialização

O valor de R\$ 295.374 (R\$ 248.263 em 2017) refere-se, basicamente, a despesas com comissões da comercialização dos planos de saúde da operadora diferidas contabilizadas de acordo com a Resolução Normativa nº 322 de 27 de março de 2013 da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

18 Despesas administrativas

	2018	2017
Despesa com pessoal próprio	(171.645)	(158.374)
Despesa com serviços de terceiros	(130.649)	(116.824)
Despesa com localização e funcionamento	(126.118)	(145.841)
Despesa com publicidade e propaganda	(35.185)	(35.112)
Despesa com tributos	(216)	(3.120)
Despesas judiciais	(66.124)	(38.499)
Despesas diversas	(1.835)	(2.795)
	<u>(531.772)</u>	<u>(500.565)</u>

19 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações	91.162	107.987
Receita de juros por recebimento em atraso	24.744	24.007
Atualização monetária de créditos tributários	2.120	2.521
Outras	197	-
	<u>118.223</u>	<u>134.515</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(15.929)	(7.272)
Atualização monetária	(2)	(39)
Encargos sobre tributos	(125)	(3.162)
Tarifas de cobrança	(6.732)	(8.046)
Outros	(1.955)	(2.324)
	<u>(24.743)</u>	<u>(20.843)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>93.480</u>	<u>113.672</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

a. Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	31/12/2018		31/12/2017	
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	498.376		424.718	
Alíquotas combinadas:				
IRPJ, acrescido do adicional de alíquota	25%		25%	
CSLL	9%		9%	
Despesa com imposto de renda e contribuição social pela alíquota oficial	34,00%	169.448	34,00%	144.404
Diferenças permanentes				
Juros sobre capital próprio	-2,89%	(14.416)	0,00%	-
Provisões indedutíveis, líquidas (i)	-0,81%	(4.043)	2,39%	10.137
Outras adições e exclusões	-0,37%	(1.866)	0,45%	1.914
Total	-4,08%	<u>(20.325)</u>	2,84%	<u>12.051</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	29,92%	<u>149.123</u>	36,84%	<u>156.455</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2016	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31/12/2017	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31/12/2018
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	60.900	3.087	63.987	8.590	72.577
Provisão para perdas sobre créditos	8.638	2.749	11.387	2.180	13.567
Outras provisões (i)				5.455	5.455
Outros créditos fiscais	<u>3.701</u>	<u>(1.092)</u>	<u>2.609</u>	<u>(35)</u>	<u>2.574</u>
Total	73.239	4.744	77.983	16.190	94.173

- (i) Referente à provisão de despesas com pessoal calculadas em bases estimadas, não sendo admitida sua dedução na apuração fiscal.

21 Instrumentos Financeiros

(i) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** títulos, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** títulos, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não efetuou transferências entre ativos financeiros, bem como não houve transferências entre níveis hierárquicos. As aplicações financeiras da Empresa estão detalhadas na Nota Explicativa nº 5 e são mantidas até o vencimento, sendo classificadas de acordo com o nível 2 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos.

Os instrumentos financeiros da Empresa são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. A tabela abaixo não inclui informações sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os instrumentos financeiros da Empresa são classificados como nível 2 e detalhados abaixo:

31/12/2018

Notas	Vencimento				Valor contábil				
	2019	2020	2021 em diante	Total	Mantido para negociação	Mantido até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total	
Ativos financeiros não mensurados a valor justo									
Disponível	119.701	-	-	119.701	-	-	119.701	119.701	
Aplicações financeiras	7	597.120	104.930	850.753	1.552.803	-	1.423.616	129.187	1.552.803
Contraprestações pecuniárias a receber	5	134.450	-	-	134.450	-	-	134.450	134.450
		<u>851.271</u>	<u>104.930</u>	<u>850.753</u>	<u>1.806.954</u>	<u>-</u>	<u>1.423.616</u>	<u>383.338</u>	<u>1.806.954</u>
Passivos financeiros não avaliados a valor justo									
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10 (b) (c)	(242.323)	-	-	(242.323)	-	-	(242.323)	(242.323)
Débitos de operações de assistência à saúde		(65.181)	-	-	(65.181)	-	-	(65.181)	(65.181)
Débitos diversos		(129.072)	(2.642)	-	(131.714)	-	-	(131.714)	(131.714)
		<u>(436.576)</u>	<u>(2.642)</u>	<u>-</u>	<u>(439.218)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(439.218)</u>	<u>(439.218)</u>

31/12/2017

Notas	Vencimento				Valor contábil			
	2.018	2.019	2020 em diante	Total	Mantido para negociação	Mantido até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos financeiros mensurados a valor justo								
Aplicações financeiras	7	40.404		40.404	40.404	-	-	40.404
Ativos financeiros não mensurados a valor justo								
Disponível		87.479	-	87.479	-	-	87.479	87.479
Aplicações financeiras	7	761.949	28.407	490.039	1.280.395	928.322	352.073	1.280.395
Contraprestações pecuniárias a receber	5	115.182	-	115.182	-	-	115.182	115.182
		<u>964.610</u>	<u>28.407</u>	<u>490.039</u>	<u>1.483.056</u>	<u>-</u>	<u>928.322</u>	<u>1.483.056</u>
Passivos financeiros não avaliados a valor justo								
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10 (b) (c)	(217.456)	-	(217.456)	-	-	(217.456)	(217.456)
Débitos de operações de assistência à saúde		(55.155)	-	(55.155)	-	-	(55.155)	(55.155)
Débitos diversos		(89.531)	-3.458	(92.989)	-	-	(92.989)	(92.989)
		<u>(362.142)</u>	<u>-3.458</u>	<u>(365.600)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(365.600)</u>	<u>(365.600)</u>

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não possui transações e saldos ativos ou passivos decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Abaixo apresentamos as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na Nota 3.

Para Fornecedores, Provisões técnicas de operações de assistência à saúde, Débitos de operações de assistência à saúde, Partes Relacionadas e Outras contas a pagar a técnica de avaliação é o Fluxo de Caixa descontado. Este modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

(iii) Gerenciamento de risco

Gerenciamento de riscos de mercado

A Empresa possui uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

A Política de Investimentos possui as seguintes premissas: (i) investir a integralidade dos investimentos no segmento de renda fixa e de baixo risco; (ii) investir a maioria dos recursos em ativos de liquidez imediata e uma menor parte com carência de até 90 dias, montante este, embasado pelas expectativas de uso dos recursos com crescimento orgânico e aquisições; (iii) investir em instrumentos financeiros com desempenho bruto estimado de 99,5% do CDI; (iv) investir em aplicações em instituições de primeira linha com limite individual de 35%, e até 10% em instituições financeiras de primeira linha, com limite individual de 35% e até 10% em instituições de segunda linha, com limite individual de 5%; (v) atender integralmente as normativas da ANS; e (vi) manutenção da maior parte dos investimentos até o vencimento.

Periodicamente, a área Financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

Risco do Seguro e Política de Precificação

Empresas que operam negócios de planos de saúde e odontológicos estão expostas a riscos relacionados à volatilidade dos custos. Planos odontológicos são menos sensíveis devido à menor frequência de uso e menor complexidade dos tratamentos.

Quando a Empresa desenvolve um novo produto, ela analisa diversas variáveis para definir o preço desse produto, como a localização de venda, o perfil de frequência dos beneficiários para aquela área com base em dados históricos, e os custos dos principais *inputs* da área na qual o produto será vendido (médicos, profissionais de saúde, preço de mercado dos principais procedimentos). Com base nessas análises, a Empresa determina o preço de seus produtos.

Cada empresa de médio e grande porte possui sua taxa de sinistralidade anualmente calculada quando a Empresa está negociando os reajustes de preço (clientes individuais são regulados pela ANS).

Com base nos resultados históricos de cada cliente, e com base nas expectativas de custo relacionadas a esses clientes, o aumento de preço desse contrato é determinado. Essa prática mitiga o risco de o cliente trazer perdas constantes para a Empresa.

Em relação aos clientes individuais, o preço dos produtos considera um valor adicional porque esse tipo de cliente historicamente tem maior uso da rede de serviços.

Apuração das provisões técnicas e ativos garantidores

A apuração das provisões técnicas é realizada periodicamente pela equipe atuarial, sendo acompanhada pela equipe de Controladoria na mensuração da necessidade de ativos garantidores no encerramento de cada trimestre de acordo com os critérios previstos no art. 2º da RN ANS nº 392, para cumprimento obrigatório de exigências do órgão regulador do setor. Adicionalmente, a Empresa avalia, a cada data de balanço, se seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos, realizando os testes de adequação de passivos. Se essa avaliação mostrar que o valor do passivo por contrato está inadequado à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, toda a insuficiência de provisão técnica deve ser reconhecida no resultado do período.

Risco de mercado e análise de sensibilidade

A Empresa não possui endividamento e não contrata instrumentos financeiros derivativos. A política de investimentos dos recursos gerados pela atividade da Empresa determina que tais recursos sejam investidos em ativos financeiros de grandes bancos brasileiros e/ou em fundos de renda fixa desses bancos em que a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) classifica como de baixo risco.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possui a seguinte sensibilidade de seus ativos financeiros com base na variação da taxa básica de juros da economia (SELIC/CDI):

	Saldo 31/12/2018	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	407.135	Variação do CDI (6,37%)	12.967	19.451	57.202	32.418	38.902
Saldo de aplicações financeiras (livres)	1.145.668	Variação do CDI (6,37%)	36.490	54.734	160.966	91.224	109.469

Riscos de créditos

Risco de crédito é o risco da Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Contas a receber

Risco de crédito para a Empresa é considerado como baixo pela Administração, pois suas mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços. A maior parte das contas a receber da Empresa são relacionadas ao risco do período de cobertura. Além disso, para reduzir o risco de pagar os custos do tratamento sem o recebimento, a Empresa adota a prática do cancelamento dos planos em atraso conforme regulamentado pela ANS para a operadora de planos de saúde.

A Empresa estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação a contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionadas a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Empresa avalie não ser possível recuperar o montante devido; nesta

ocasião, os montantes são considerados irrecuperáveis e são registrados contra o ativo financeiro diretamente.

De uma forma geral, a Empresa mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, a Empresa cancela os planos de acordo com as regras da ANS.

Aplicações financeiras

Em relação aos riscos de créditos relacionados às aplicações financeiras, segue quadro com informação quantitativa da exposição máxima ao risco com as informações sobre os *ratings* das instituições financeiras contrapartes das aplicações da Empresa:

Ratings das instituições financeiras

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Fitch ¹		Moody's ²		S&P ³	
			CP	LP	CP	LP	CP	LP
Banco Santander S.A.	461.289	329.481	-	-	Br-1	Aaa.br	brA-1+	brAA-
Caixa Econômica Federal	278.565	381.664	F1+	AA	BR-1	Aa1.br	brA-1+	brAA-
Banco Bradesco S.A.	220.896	385.774	F1+	AAA	BR-1	Aa1.br	brA-1+	brAA-
Banco do Brasil S.A.	215.092	88.768	F1+	AA	BR-1	Aa1.br	B	BB-
Banco Itaú Unibanco S.A.	174.536	78.464	F1+	AAA	BR-1	Aa1.br	brA-1+	brAA-
Banco Safra S.A.	76.749	54.364	F1+	AA+	BR-1	Aa1.br	brA-1+	brAA-
Outros	125.676	2.284						
	1.552.803	1.320.799						

¹Última divulgação individual em 2018

²Ratings List Brazil, publicado em 02 de janeiro de 2019.

³Ratings de várias entidades financeiras brasileiras revisados após ação nos ratings soberanos; Publicado em 12 de janeiro de 2018.

Disponível

A Empresa detinha Disponível de R\$ 119.701 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 87.479 em 31 de dezembro de 2017). O Disponível é mantido em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AA+ conforme lista divulgada pela Fitch.

Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa utiliza o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Empresa busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outras contas a pagar com fornecedores). A Empresa monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Empresa residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus produtos. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Empresa, em que são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração a geração de caixa da Empresa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira:

	31/12/2018				
	Valor contábil	Fluxo de Caixa Contratual			Total
		2019	2020	2021 em diante	
Passivos financeiros e de operações de saúde, não avaliados a valor justo					
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (b) e (c)	(242.323)	(242.323)	-	-	(242.323)
Débitos de operações de assistência à saúde	(65.181)	(65.181)	-	-	(65.181)
Débitos diversos	(131.714)	(129.072)	(2.439)	(203)	(131.714)
Total	(439.218)	(436.576)	(2.439)	(203)	(439.218)

22 Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	349.253	268.263
Depreciação e amortização	9.806	5.129
Baixa de ativo imobilizado	1.343	72
Baixa do intangível	5.412	44
(Aumento) diminuição das contas do ativo:		
Contraprestações pecuniárias a receber	(19.268)	(48.288)
Aplicações financeiras	(232.004)	(341.838)
Outros créditos com operações de assistência à saúde	(2.601)	(1.927)
Créditos tributários e previdenciários	(10.819)	(4.705)
Bens e títulos a receber	(4.596)	1.575
Depósitos judiciais	(36.454)	(9.292)
Títulos e créditos a receber	(15.488)	-
Ativo fiscal diferido	(16.190)	(4.744)
Despesas diferidas	2.734	(10.487)
Aumento (diminuição) das contas do passivo:		
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	50.019	65.431
Débitos de operações de assistência a saúde	10.026	8.262
Tributos e contribuições a recolher	(10.155)	14.933
Provisões para ações judiciais	25.263	9.080
Débitos diversos	(25.821)	29.331
Caixa (aplicado nas) gerado pelas gerado pelas operações	<u>80.460</u>	<u>(19.161)</u>

23 Cobertura de seguros

Em janeiro de 2019, a Controladora da Empresa contratou seguros para cobrir riscos relativos a todas as suas subsidiárias (incluindo a Empresa) declarados no montante de R\$ 1.022 com limite máximo de indenização de R\$ 202.411 para incêndios, inclusive decorrente de tumultos, queda de raios, explosões de qualquer natureza e implosões.

* * *

Cândido Pinheiro Koren de Lima
Presidente do Conselho de Administração

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Diretor Presidente

Rodrigo Nogueira Silva
Contador CRC CE-023516/O-3

Rafael Sobral Melo
Atuário MIBA 1.572